**A ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO NA EDUCAÇÃO BÁSICA: REFLEXÕES EM TORNO À LEI 13.935 NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA) NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA/ES.**

Dafne Araújo Fontana

Universidade Federal do Espírito Santo

Marcia Roxana Cruces Cuevas

Departamento de Psicologia/Universidade Federal do Espírito Santo

Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional/PPGPSI/UFES

**RESUMO**

Aborda-se a experiência formativa do estágio curricular de psicologia, no campo da educação, que aconteceu na equipe de gestão da modalidade da Educação de Jovens e Adultos/EJA, em 2022. Objetivou-se colocar em análise, práticas experienciadas que se deram no contexto da Lei nº 13.935 que, reconhece-se que o psicólogo, ao atuar no campo da educação pública, opera no fortalecimento das políticas públicas. Na experiência afirmou-se a direção de práticas coletivas, junto à população do território em que se atuou, concomitante à análise da implicação, junto a um forte posicionamento ético-político de promoção de autonomia e interdependência, dignidade e qualidade de vida.

**Palavras-chave:** Educação de Jovens e Adultos/EJA. Práticas Coletivas. Inclusão. Psicologia da educação.

O trabalho aborda a experiência formativa no decorrer do estágio curricular, apresentada no Relatório do Estágio à disciplina de Estágio Básico I, ofertada pelo Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo/UFES, no campo da educação, que aconteceu na política de Educação de Jovens e Adultos/EJA, no âmbito municipal, na cidade de Vitória e experiências presentes no processo de escrita e vivência de iniciação científica em 2024 que também transita no contexto nesse contexto. Neste trabalho objetivou-se colocar em análise práticas experienciadas no estágio que se deram no contexto da Lei nº 13.935 (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2021). Assim, reconhece-se que o psicólogo, ao atuar no campo da educação pública, opera no fortalecimento das políticas públicas, contribuindo com práticas educacionais que venham a aumentar processos de permanência, ensino de qualidade, construção de relações e de aprendizado que afirmam as diferenças dos estudantes e sujeitos da educação no seu território de vida, movimento que faz frente às desigualdades.

A experiência em foco aconteceu na Coordenação da Educação de Jovens e Adultos (CEJA) do município de Vitória, nos meses de junho a agosto de 2022, com um total de 48 horas de trabalho. Foi possível compor, como atividade do estágio, com o trabalho da equipe de gestão da política de Educação de Jovens e Adultos/EJA o que fez com que os estagiários experimentassem atividades centradas nas políticas e diretrizes da modalidade, vinculadas ao plano institucional e político do município.

No decorrer dos 12 encontros vividos junto à equipe, compreendeu-se que as práticas formativas propostas pela atual Coordenação da EJA direcionaram-se para a coletivização e fortalecimento de uma rede potente e autônoma junto aos sujeitos que compõem a EJA. As práticas vividas nas relações na CEJA afirmavam a compreensão da escola como responsável pela formação da inserção social, prevenção da periculosidade, produção de subjetividade, resgate de múltiplas carências (HECKERT & ROCHA, 2012), sendo responsável pelo êxito ou fracasso no papel democratizador da educação (SIRGADO, 1980). Nesse contexto, prestou-se atenção para os processos de gestão da própria política municipal no sentido de fortalecer a aposta na produção de modos inclusivos na educação pública.

Foram três caminhos de análise construídos no decorrer das práticas de colaboração nos processos de gestão da política da EJA do município de Vitória, a saber: a) as relações de gênero; b) o adoecimento dos trabalhadores no presente momento; c) o descompasso entre as tecnologias sociais e digitais (distribuição de tablet para estudantes) que tensionam a pergunta ético-política: para que serve a educação pública municipal de EJA? E, com Maturana (1990) ampliamos essa questão propondo outras: Que queremos da EJA municipal? Para que queremos a EJA?

Em torno às relações de gênero na divisão do trabalho, concorda-se com Hirata e Hergoat (2007, citado por SALVARO & MARIANO, 2021) que afirmam que esta é regida por princípios construídos socialmente, os quais atuam na condução das vidas laborais, sendo a distribuição desigual das tarefas uma das responsáveis pela manutenção da divisão sexual do trabalho. Essa lógica foi vivida na experiência do estágio, quando se via às mulheres, majoritariamente, assumindo à frente dos processos, com a necessidade de esforço intelectual constante. A compreensão desse contexto foi relevante, pois, as relações de gênero parecem estar interligadas com o sofrimento psíquico (SALVARO & MARIANO, 2021). Diante dessas práticas o trabalho de intervenção convocou esta atenção.

Em relação ao adoecimento dos trabalhadores, ressalta-se o fluxo das emergências que convocam os corpos ali presentes, envolvendo constante produção de crises, invenções e intervenções. Ao longo do estágio, foi perceptível o cansaço que atravessava os gestores e a fantasia diante da possibilidade de uma folga, assim sentiu-se a necessidade de colocar em análise as práticas de gestão que interferiam em na promoção da saúde dos trabalhadores, para que se fortaleçam espaços comuns na luta permanente do que foi instituído (HECKERT & ROCHA, 2012).

A inclusão na educação se mostra como um dispositivo de segurança e controle que se serve da estratégia da sedução para estimular o sentimento de pertencimento em troca da condução da conduta humana (RECH, 2013). Frente a isso, destaca-se que a entrega de tablets a estudantes da EJA municipal em Vitória, foi endereçado como uma proposta de inclusão digital, com potencial pedagógico que traria os estudantes de volta para a escola após o tempo pandêmico. Entretanto, com as diversas burocracias que o acompanhavam neste processo, o bloqueio de diversos aplicativos e sites e o processamento lento, fez com que o tablet se delineava como um dispositivo que freava a autonomia do estudante na condução de seu conhecimento. Nesse contexto colocava-se a problematização como, então, conduzir essa ação de modo a não a reduzir à escolarização, mas que a ferramenta tecnológica pudesse colaborar e para compreender a realidade brasileira e a luta pelo direito integral a todas, e todos, todes (MACHADO, 2009).

Apostamos em uma educação como prática de liberdade e ancoradas na Lei nº 13.935/2019, que reconhece a importância dos profissionais da psicologia e da assistência social nas redes públicas da educação, caracterizando-se como ferramenta de luta política na garantia dos direitos dos estudantes e, problematizamos, portanto, como fortalecer e reinventar práticas na EJA, para que não sejam capturadas frente às ameaças constantes de privatização e sucateamento da educação pública?

Em 2024, diante do cenário de fechamento de turmas na Região da Grande Vitória, o adoecimento das/os/es docentes e o panorama de sucateamento da EJA, endereçou-se o interesse no fortalecimento de espaços coletivos e formativos para produção de resistências e de saúde, tornando a Universidade como parceira direta na formulação de estratégias para produção de vida.

O desmonte das políticas de educação básica revela um compromisso insuficiente com a educação, especialmente no que diz respeito à Educação de Jovens e Adultos (EJA), modalidade de ensino que tem longa história de lutas pela garantia do direito à educação para uma parcela considerável da população marginalizada. Diante dessa paisagem, foi possível pensar nos professores da modalidade da EJA como possíveis vínculos de permanência dos discentes. Assim, entendeu-se que, promover a saúde destes poderia prolongar a adesão deste estudante, por meio dessa ação entrelaçada, e, portanto, podendo incidir na diminuição das desigualdades sociais, por meio da escolarização de um público, majoritariamente de mulheres e homens negros periféricos, assim como trabalhadores/as do campo (RIBEIRO; JUNIOR; HADDAD, 2015, p. 36).

Compreende-se na experiência vivida que a prática do psicólogo junto à Educação Básica e no Ensino Fundamental e na EJA, quando orientada na produção de práticas coletivas, junto à população do território em que atua, concomitante à análise da implicação, aliado a um forte posicionamento ético-político de promoção de autonomia e interdependência, dignidade e qualidade de vida, poderá compor na construção das ações junto à equipe multidisciplinar tecendo, continuamente, redes de promoção de qualidade de vida.

**REFERÊNCIAS**

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA; CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Psicólogas(os) e assistentes sociais na rede pública de educação básica: orientações para regulamentação da Lei nº 13.935, de 2019. Brasília: CFP, 1. ed., 2021

HECKERT, Ana Lucia Coelho; ROCHA, Marisa Lopes da. A maquinaria escolar e os processos de regulamentação da vida. Psicologia e Sociedade, v. 24, p. 85-93, 2012.

MACHADO, Maria. A educação de jovens e adultos no Brasil pós-Lei nº 9.394/96: a possibilidade de constituir-se como política pública. Em aberto, v. 22, n. 82, 2009.

MATURANA, Humberto. Emociones y lenguaje en educación y política. Santiago/Chile, CED/Centros de Estudios del Desarrollo, 1990.

LOURAU, René. Pequeno manual de análise institucional. In S. Altoé (Org.). René Lourau - Analista institucional em tempo integral. São Paulo: Hucitec. 2004, pp. 122-127.

RIBEIRO, Vera Masagão; JÚNIOR, Roberto Catelli; HADDAD, Sérgio. A avaliação da EJA no Brasil. Relatos de Pesquisa, n. 39, p. 36, 2015.

RECH, Tatiana Luiza. A inclusão educacional como estratégia biopolítica. Inclusão e biopolítica. Belo Horizonte: Autêntica, p. 25-43, 2013.

SIRGADO, Angel Pino. Uma pedagogia para o menor “marginalizado”. Educação e sociedade, p. 47-61, 1980.

SALVARO, Giovana Ilka Jacinto; MARIANO, Patrícia. Saúde mental de trabalhadoras em estudo: contribuições ao debate de gênero. Psicologia em Estudo, v. 26, 2021.